

Dieese: Salário mínimo de R\$ 1.621 vai injetar R\$ 81,7 bi na economia em 2026

Cálculo feito pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) mostra que o novo salário mínimo, fixado em R\$ 1.621 e com validade a partir de 1º de janeiro de 2026, deve injetar R\$ 81,7 bilhões na economia no próximo ano.

O novo salário mínimo no Brasil representa um aumento nominal de 6,79% em relação ao valor anterior. O reajuste é definido pela Lei nº 14.663/2023, que estabelece a política permanente de valorização do piso salarial, em conformidade com os limites fiscais da Lei Complementar nº 200/2023.

O cálculo considera dois fatores: a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 4,18% entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, e o crescimento real do PIB de 2024, limitado pelo teto fiscal de 2,5%.

Cerca de 61,9 milhões de brasileiros têm rendimento vinculado ao salário mínimo. Com o reajuste, a massa de renda adicional injetada na economia será de R\$ 81,7 bilhões, valor que se reflete em maior consumo de bens e serviços, estimulando o mercado interno e impulsionando setores como comércio, transporte e serviços.

O aumento do salário mínimo impacta diretamente os benefícios previdenciários:

- 70,8% dos beneficiários recebem até um salário mínimo;
- Cada R\$ 1 de aumento gera R\$ 380,5 milhões ao ano de despesa adicional;
- Com o reajuste de R\$ 103, o custo anual para a Previdência será de aproximadamente R\$ 39,1 bilhões;
- Apesar do impacto fiscal, parte desse valor retorna à economia por meio do consumo e arrecadação tributária, criando um ciclo de estímulo econômico.

O salário mínimo no Brasil tem trajetória de valorização real significativa desde 2002, quando era de R\$ 200, chegando em 2026 a R\$ 1.621 — ganho real acumulado próximo de 100%, considerando a inflação.

Em 2025, o salário mínimo permitia comprar 1,75 cesta básica em São Paulo. Com o novo reajuste, a relação sobe para 1,93 cestas básicas por salário mínimo, maior nível desde 2019, refletindo melhoria no poder de compra das famílias de baixa renda.

O reajuste do salário mínimo para R\$ 1.621 não apenas eleva o rendimento de milhões de brasileiros, mas também funciona como motor de crescimento econômico, especialmente em um contexto de consumo doméstico predominante. Apesar das limitações fiscais atuais, a política de valorização do salário mínimo continua a ser um instrumento estratégico de inclusão social e estímulo à economia nacional.